



Venício A. Lima (2012).
***Política de Comunicações:
um balanço dos governos Lula
(2003-2010). São Paulo,
Publisher Brasil.***



Qual o legado que o governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva deixou na comunicação social? Como o governo negociou durante os dois mandatos com interesses antagônicos da mídia hegemônica que defendia a manutenção dos seus privilégios mecadológicos e da sociedade civil organizada que reivindicava a democratização da comunicação? Essas questões são trazidas no livro de Venício A. Lima *Política de Comunicações: um balanço dos governos Lula [2003-2010]*, que reúne artigos não-científicos publicados pelo pesquisador no Observatório de Imprensa e no portal Carta Maior. São 328 páginas divididos em cinco capítulos que permite ao leitor conhecer os principais recuos e avanços que marcaram as políticas de comunicações da era Lula.

O autor sublinha as contradições do governo. Lula teve índices elevados de aprovação popular, algo em torno de 80%. Contudo, a sociedade civil organizada não compartilhou dessa mesma visão quando se tratava de política de comunicações. Muitas das propostas apresentadas pelo governo foram abandonadas ou substituídas por outras menos impactantes para democratizar o setor, normalmente as mudanças de planos ocorreram logo que a grande mídia se impôs ao projeto.

Inicialmente Lima aborda o tema marco regulatório e como a ausência de uma legislação favorece a concentração de propriedade. A radiodifusão, considerada no Brasil como rádio e televisão aberta, ainda é regida pelo Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) de 1962. So-

freu alterações durante o regime militar e, hoje, apesar de defasado em relação às transformações tecnológicas e políticas, a substituição do CBT por uma regulação que normatize o limite de propriedade e estabeleça o controle social dos meios de comunicação causa uma reação furiosa da mídia hegemônica.

O anacronismo da legislação é expresso, por exemplo, pela ausência de regulação da propriedade cruzada dos meios. Segundo Lima, “a estrutura do sistema de mídia do Brasil se desenvolveu em torno da propriedade cruzada e de uma aliança estratégica entre uns poucos e poderosos grupos empresariais e familiares [...] e as velhas oligarquias políticas locais e regionais” (idem, p.83). Cabe lembrar que a Constituição de 1988 traz diretrizes, ainda não regulamentadas, para impedir o monopólio e/ oligopólio da radiodifusão e traça as finalidades à programação que, entre outras, deve ter caráter regional e incluir a produção independente.

Outro problema evidenciado é o coronelismo eletrônico, o uso político das concessões de rádio e televisão. Desde a Constituição Federal de 1988, a outorga e renovação das concessões devem passar pelo Congresso Nacional, anteriormente o processo dependia apenas do presidente da república. Afirmo Lima que o compartilhamento da decisão da outorga entre o executivo e o legislativo não vem refletindo em uma transparência no processo. Os vínculos entre concessionários e parlamentares são históricos, além desses, muitas vezes, serem concessionários ou possuírem interesses (in)diretos na radiodifusão, como consegue demonstrar o autor que muitos parlamentares acabaram legislando em causa própria.

O governo Lula demonstrou de certa forma interesse em discutir a Lei Geral da Comunicação Eletrônica de Massa (LGCEM), que substituiria o CBT. O ex-presidente chegou a assinar três decretos para formação de um grupo de trabalho responsável pela elaboração do anteprojeto da nova legislação, contudo não houve avanços. O não-enfrentamento deste problema pode ser considerado um dos principais recuos do período, tanto que o autor dedica um capítulo específico para tratar desse assunto.

Sobre os recuos, são muitos os apontados no texto. Entre eles o projeto da criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav). A agência seria responsável pela regulação do audiovisual, entretanto teve suas funções reduzidas ao fomento e à fiscalização cinematográfica. Da mesma forma, o executivo federal agiu em relação à proposta

do Conselho Federal de Jornalismo, reivindicação antiga dessa categoria, conforme defendeu o presidente da Federação Nacional de Jornalismo, Sérgio Murilo, “[o conselho] irá regradar o acesso a nossa profissão; fiscalizar o exercício profissional - hoje isso é feito pelo Ministério do Trabalho; defender, lutar por um bom ensino de Jornalismo e zelar pelo cumprimento da ética profissional”¹.

Retrocedeu também em relação às reivindicações sociais contidas na terceira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), especialmente àquelas que determinavam critérios para renovação ou outorga de novas concessões de rádio e televisão. Originalmente no documento estava previsto a criação de um ranking nacional das emissoras que respeitam e violam os direitos humanos e estipulava penalidades administrativas, como advertência, multa e suspensão da programação ou cassação da concessão, de acordo com a gravidade da infração cometida pela emissora.

O governo voltou atrás ao abandonar o desenvolvido do padrão brasileiro de televisão digital, trabalho que vinha sendo executado por um consórcio de universidades. Ao optar pelo padrão japonês, segundo Lima, o país perdeu uma oportunidade histórica para democratização da radiodifusão. Poderia ter revisto o marco regulatório e incluído questões como a convergência tecnológica. A opção do governo atendeu aos anseios dos empresários, dessa forma não houve alteração nos negócios dos radiodifusores que podem transmitir diretamente a programação para os celulares, sem a necessidade do seu sinal passar pelas operadoras de telefonia. O modelo também não permitiu a entrada de novos atores no mercado televisivo, cada concessionário ficou com um canal inteiro de 6 megahertz.

O fato do governo Lula não avançar nas políticas de comunicações ocorreu em virtude da campanha da mídia hegemônica que taxou qualquer intenção de alterar as políticas de censura e cerceamento da liberdade de expressão. O governo preferiu uma negociação que frustrou à expectativa dos movimentos que reivindicam a democratização das comunicações. Os avanços apontados por Lima, como é o caso da 1ª Conferência Nacional da Comunicação (Confecom), realizada em 2009, pode ser entendida como uma melhoria bastante restrita. Houve avanço en-

1 Entrevista com Sérgio Murilo disponível em: <http://www.piratininga.org.br/entrevistas/cfj-andrade-azedo.html>

quanto mobilização social para discutir um tema ausente na agenda política nacional, mas retrocesso na implementação das 672 propostas aprovadas na Confecom. Um ano depois, as proposições ainda não tinham sido encaminhadas para formulação de políticas públicas.

A regionalização das verbas publicitárias foi percebida por Lima como algo positivo. Em 2003, recebiam recursos oficiais 499 veículos de comunicação de 182 municípios, no penúltimo ano do governo o número saltou para 7.047 meios de comunicação localizados em 2.184 cidades. No capítulo que apresenta especificamente dos aspectos positivos do governo Lula, o autor não menciona a criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), gestora da TV Brasil - emissora generalista e disponível no canal aberto-, além da TV Brasil Internacional, oito rádios e duas agências de notícias. A implantação da empresa pública de comunicação deve ser vista com certa ponderação, por não ter sido uma medida governamental contundente. A TV Brasil começou suas atividades em 2007 com a cobertura do seu sinal reduzida e não houve alterações até o final do mandato em 2010.

O livro, formado por pequenos artigos, contribui para a reflexão sobre os dois mandatos do governo Lula na implementação de políticas de comunicações. Contudo parece ser voltado mais aos leitores que já acompanham a política de comunicações brasileira por não apresentar um contexto e tampouco uma sistematização final do autor. Tem o mérito de evidenciar o quanto o executivo recuou diante das críticas da mídia hegemônica e mesmo nos raros avanços como a Confecom (foi uma das últimas conferências realizadas pelo governo) não houve encaminhamento para transformar as propostas sugeridas pela sociedade em políticas públicas.

Finalmente, a obra enfatiza a necessidade de mudanças urgentes no setor que, infelizmente, não vieram nos oito anos de Lula. O governo que teve recorde de popularidade, considerado inovador em termos de políticas sociais e nas relações internacionais, manteve praticamente intacta a política de comunicações.

Ivonete da Silva Lopes

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. netelopes@gmail.com. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj)- Bolsa Nota 10